

Relatório de Avaliação do Controle Interno 0006/2020

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
INTERESSADO:	ROGÉRIO LUIZ GALLO Secretário de Estado de Fazenda
C/ CÓPIA:	GUILHERME ANTÔNIO MALUF Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO:	Relatório Gerencial do Subsistema de Transferências

Diagnóstico dos controles internos do Subsistema Transferências de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, a partir de informações dos Relatórios de Avaliação de Controle Interno realizados ao longo do ano de 2019, conforme diretrizes constantes no Plano Anual de Avaliação do Controles Internos.

Cuiabá - MT
Março/2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. CONTROLES INTERNOS
3. METODOLOGIA
4. ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS
5. ÓRGÃO CENTRAL
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 INTRODUÇÃO

1. O presente relatório apresenta o diagnóstico dos controles internos do Subsistema Transferências de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, a partir de informações dos Relatórios de Avaliação de Controle Interno realizados ao longo do ano de 2019, conforme diretrizes constantes no Plano Anual de Avaliação do Controles Internos e aquelas estabelecidas na Ordem de Serviço nº 194/2019, expedida pelo Secretário Controlador Geral.

2. O desenvolvimento desse trabalho está relacionado com a missão da Controladoria Geral do Estado que é o de contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos, da conduta dos servidores e fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.

3. O objetivo é apresentar um diagnóstico acerca do funcionamento, estrutura e segurança dos controles internos, buscando identificar as fragilidades existentes e em que nível estas afetam a aderência às normas e aos procedimentos, indicando-se as ações necessárias para aperfeiçoar os processos administrativos. Busca-se, também, colher elementos para mapear riscos e selecionar atividades para o acompanhamento simultâneo e realização de ações preventivas de orientações e capacitações.

4. O resultado dessa avaliação foi dividido nos seguintes capítulos: Controles Internos; Metodologia; Análise Gerencial; Órgão Central (Achados de Problemas e de Causa) e Considerações Finais.

2 CONTROLES INTERNOS

5. Os avanços apresentados pelas organizações públicas nas últimas décadas, em especial, aqueles relacionados a evolução de uma abordagem burocrática, para uma abordagem gerencial, voltada a entrega de resultados e melhoria de desempenho na prestação de serviços, provocaram profundas mudanças no desenvolvimento das atividades de controle.

6. Neste cenário, os trabalhos de auditoria evoluíram de aspectos meramente formais e contábeis para uma visão mais gerencial, de controles alinhados aos objetivos organizacionais, relacionados aos riscos que podem comprometer o alcance desses objetivos.

7. Essa concepção ampliou a abrangência do controle, e redefiniu papéis e funções dentro do sistema de controle interno das organizações. Ocasionalmente a evolução das atribuições do auditor interno, cuja abordagem atual está centrada na avaliação de controles internos sob a ótica do risco e com a finalidade de otimizar o processo de gestão.

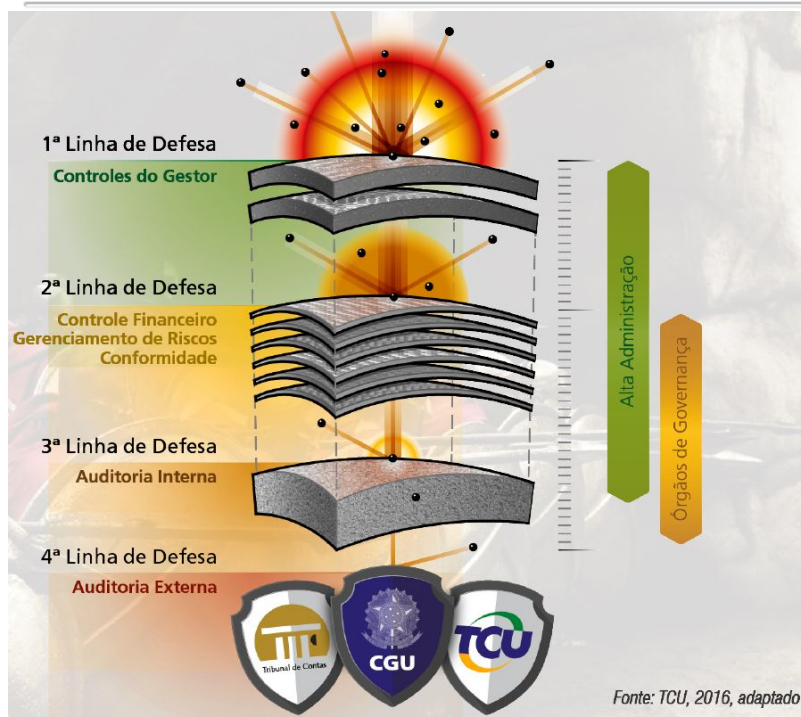
8. Nesse cenário de transição, há redefinição dos papéis e funções do controle interno dentro das organizações, direcionando-se a avaliação de controles internos sob a ótica do risco e com a finalidade de otimizar o processo de gestão.

9. De acordo com o COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission as atividades de controle são representadas:

[...] pelas políticas e pelos procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas da organização aos riscos sejam executadas. As atividades de controle ocorrem por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas compreendem uma série de atividades diferentes, como aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança do patrimônio e segregação de funções.

10. O modelo de Três Linhas de Defesa é uma forma de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais. Há ainda uma quarta linha de defesa, representada pela Auditoria Externa, conforme figura a seguir:

Figura 1: Três Linhas de Defesa



11. O controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. Os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles, sendo responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

12. A segunda linha de defesa é representada pelas diversas funções estabelecidas pela gerência de gerenciamento de riscos e conformidade com a finalidade de ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da primeira linha de defesa.

13. A auditoria interna é a terceira linha de defesa cujo objetivo é prover à alta administração e ao órgão de governança, avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos.

14. A fim de se promover a eficiência e a eficácia, deve haver a coordenação apropriada entre as diferentes linhas de defesa. Além disso, o modelo é implementado melhor com o apoio ativo e a orientação do órgão de governança e da alta administração da organização, estes têm a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o

estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançar esses objetivos e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização desses objetivos.

3 METODOLOGIA

15. A metodologia para desenvolvimento da avaliação dos controles internos, observa o disposto na Resolução Normativa nº 12/2017 - TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que dispõe sobre procedimentos para a avaliação dos controles internos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como, as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, e se divide em quatro fases: planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento.

16. Na Fase de Planejamento, além do levantamento de informações, definição de equipes e elaboração de cronograma, buscou-se, fundamentalmente, realizar o mapeamento de riscos dos processos e atividades.

17. Na Fase da Execução da Avaliação dos Controles Internos, utilizou-se o método de análise Problema > Causa > Recomendação. Por este método, busca-se, inicialmente, realizar análise dos problemas relacionados a cada Ponto de Controle (processos, subprocessos, atividades), através de testes de aderência a normas e procedimentos. Em seguida, procura-se identificar as fontes das causas dos problemas, a partir da avaliação da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles Internos. Por fim, são apresentadas as recomendações com a propositura, de maneira factível, de possíveis soluções, no intuito de combater e mitigar a causa do problema.

18. O detalhamento da metodologia das fases planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento são apresentadas em detalhes no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, que pode ser acessado no site: www.controladoria.mt.gov.br.

4 ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS

19. Neste capítulo, será apresentado o resultado da avaliação dos controles internos do Subsistema Transferências, realizada em órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual no ano de 2019. O objetivo é a apresentação de um diagnóstico do Subsistema, demonstrando-se os pontos de controle constatados; os achados mapeados e as causas identificadas.

20. As avaliações de controle realizadas no exercício de 2019, nos órgãos e entidades

da Administração Estadual, consideraram o método problema > causa > recomendação. O método permitiu identificar os problemas constantes no Subsistema Transferências e as causas relacionadas à Estrutura, ao Funcionamento e à Segurança dos controles internos de cada unidade avaliada, compreendendo os seguintes parâmetros determinados pelo COSO: Estrutura Organizacional, Pessoas, Sistemas Informatizados, Infraestrutura Física e Tecnológica e Externalidades.

21. Os trabalhos de avaliação dos controles internos do Subsistema Transferências foram realizados nos órgãos/entidades: SEDEC, SECEL, SEDUC, SES, FAPEMAT e SESP.

22. Foram contemplados os pontos de controle no Subsistema Transferências: Celebração, Execução e Prestação de Contas.

23. Os achados de problemas e causas detectadas na avaliação dos órgãos e entidades, depois de quantificados, foram discriminados por Ponto de Controle, permitindo a mensuração daqueles que tiveram maior incidência no universo das unidades avaliadas.

24. Abaixo, estão descritas terminologias utilizadas no presente tópico:

Subsistemas: são as atividades macro de um órgão ou entidade, e podem ser enumerados como: contabilidade, contratações, financeiro, gestão de pessoas, orçamento, patrimônio e transferências;

Pontos de Controle: são processos ou rotinas consideradas essenciais e de maior importância para o bom funcionamento de um subsistema (a título de exemplo, os pontos de controle do subsistema Transferências são: Celebração, Execução e Prestação de Contas).

Questões de auditoria: são questões gerais a serem respondidas no âmbito de um determinado ponto de controle. A resposta para as questões gerais, sejam questionamentos para identificação de problemas, sejam questionamentos para identificação de causas, são construídas a partir de achados de problemas ou achados de causas, devidamente analisados e evidenciados;

Respostas negativas às questões de auditoria: as respostas negativas às questões de auditoria indicam inadequações ou irregularidades nos pontos de controle.

Achados de auditoria: significam especificamente o que foi identificado,

evidenciado e analisado como um problema ou como uma causa de um problema, com o objetivo de se responder a uma questão de auditoria, no âmbito de uma questão de auditoria.

25. Referidas terminologias visam à estruturação lógica do relatório, permitindo a análise de quais achados de auditoria são mais recorrentes dentro de determinadas questões de auditoria, indicando a necessidade de melhoria específica em relação aos controles internos inerentes ao achado identificado. Do mesmo modo, as questões de auditoria dentro das quais se observa o maior número de ocorrências de achados, igualmente, demandará melhorias em relação aos controles internos intermediários a elas inerentes.

26. Por sua vez, o maior quantitativo de ocorrências de achados com problemas de aderência às normas que estejam relacionados a um mesmo ponto de controle, ensejará maior cuidado no cumprimento das normas inerentes ao respectivo ponto de controle.

27. Em todos os casos, a gestão superior dos órgãos e entidades deve adotar para a implementação de controles internos confiáveis, além das melhores práticas de gestão, essencialmente, o cumprimento das normas e um bom nível de estruturação e de comunicação com os demais órgãos e entidades auxiliares e de assessoria.

4.1 Pontos de Controle

28. Destaca-se que as avaliações de controles internos realizadas no ano de 2019, contemplaram órgãos/entidades, abrangendo os Pontos de Controle do Subsistema Transferências.

29. Nos órgãos/entidades avaliadas, foram identificados no Subsistema de Transferências o montante de 21 (vinte e um) achados de problemas, distribuídos em 03 (três) Pontos de Controle.

30. Abaixo, estão relacionados os Pontos de Controle avaliados e os órgãos e entidades que tiveram esse ponto avaliado, bem como o número de achados identificado:

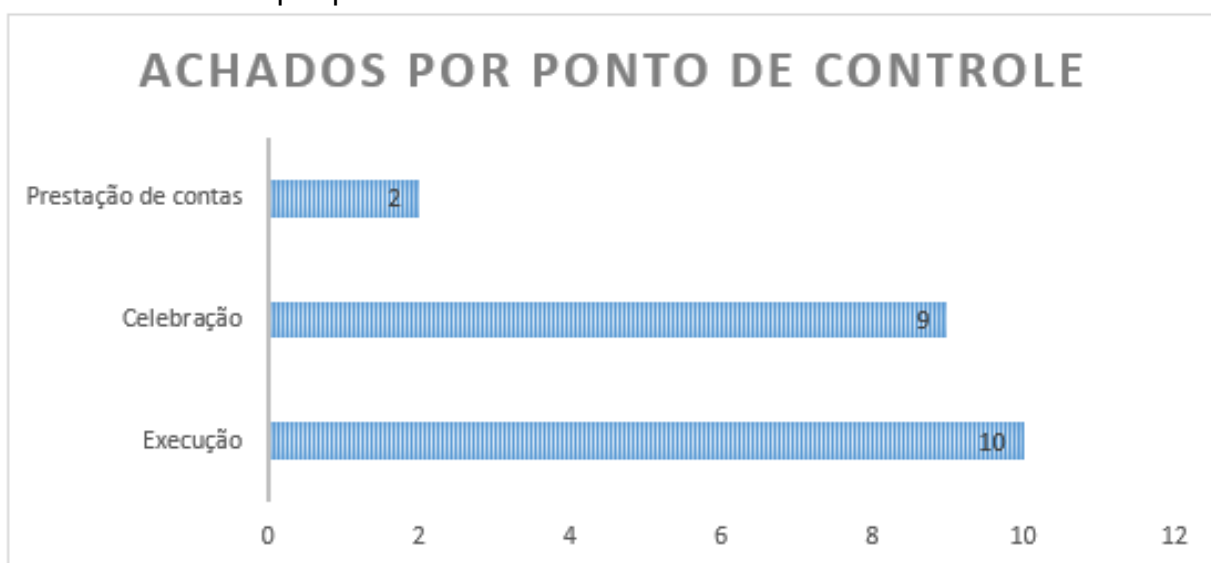
Quadro 1: achados por ponto de controle e órgão

ACHADOS POR PONTO DE CONTROLE E ÓRGÃO								
PONTOS DE CONTROLE	FAPEMAT	SECEL	SEDEC	SEDUC	SES	SESP	TOTAL	%
Execução	1	2	2	2	2	1	10	47,62%
Celebração	1	1	2	1	3	1	9	42,86%
Prestação de contas			1		1		2	9,52%
TOTAL	2	3	5	3	6	2	21	
	9,52%	14,29%	23,81%	14,29%	28,57%	9,52%		

Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

31. Ainda, o gráfico a seguir demonstra a distribuição dos 21 (vinte e um) achados de problemas identificados por Ponto de Controle.

Gráfico 1: Achados por ponto de controle



Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

32. Nas Transferências, os Pontos de Controle com volume maior de achados identificados foram a Celebração (9) e Execução (10), correspondendo a 42,86% e 47,62%, respectivamente.

4.2 Questões de Auditoria

33. A seguir, foi realizado o levantamento das questões de auditoria utilizadas nas avaliações de controle, sendo mapeadas 03 (três) questões de auditoria e 21 (vinte e um) achados de problemas.

34. O quadro a seguir indica a quantidade de achados para as questões de auditoria analisadas:

Quadro 2: Problemas por questão de auditoria e órgão

PROBLEMAS POR QUESTÃO DE AUDITORIA E ÓRGÃO								
QUESTÕES	FAPEMAT	SECEL	SEDEC	SEDUC	SES	SESP	TOTAL	%
Na fase da **execução** , no que se refere ao acompanhamento e fiscalização do termo, bem como a, se for o caso, a análise dos procedimentos para a assinatura de termo(s) aditivo(s), a legislação foi respeitada?	1	2	2	2	2	1	10	47,62%
Na fase de **celebração** , que envolve, dentre outros, a análise dos requisitos para sua formalização, a emissão de pareceres próprios das áreas técnica e jurídica, a confecção do termo e procedimentos orçamentários e financeiros, a legislação foi respeitada?	1	1	2	1	3	1	9	42,86%
Na fase de **prestação de contas** , que passa pela verificação de que as contas foram prestadas, seus componentes e a emissão de pareceres técnico e financeiro, a legislação foi respeitada?			1		1		2	9,52%
TOTAL	2	3	5	3	6	2	21	
	9,52%	14,29%	23,81%	14,29%	28,57%	9,52%		

Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

35. Das 3 (três) questões de auditoria apresentadas, duas delas totalizaram 90,48% do total de problemas/achados.

4.3 Achados de Problemas

36. Identificou-se 08 (oito) achados de problemas distintos nas 21 (vinte e uma) ocorrências citadas. Estão demonstrados na tabela abaixo, os achados encontrados e os respectivos órgãos e entidades avaliadas em 2019.

Quadro 3: Problemas por tipo de achado e órgão

PROBLEMAS POR TIPO DE ACHADO E ÓRGÃO								
ACHADOS	FAPEMAT	SECEL	SEDEC	SEDUC	SES	SESP	TOTAL	%
Ausência de comprovação de abertura de conta corrente específica					1		1	4,76%
Ausência ou inadequação do plano de trabalho			1				1	4,76%
Ausência ou inadequação na comprovação da contrapartida					1		1	4,76%
Ausência, inadequação ou intempestividade na designação formal do Fiscal	1						1	4,76%
Ausência, inadequação ou intempestividade na prestação de contas			1		1		2	9,52%
Ausência, inadequação ou intempestividade para a liberação de recursos	1	1	1	1	1	1	6	28,57%
Ausência/deficiência de fiscalização dos convênios		1	1	1	1		4	19,05%
Ausência/deficiência do Parecer Técnico/Jurídico		1	1	1	1	1	5	23,81%
TOTAL	2	3	5	3	6	2	21	
	9,52%	14,29%	23,81%	14,29%	28,57%	9,52%		

Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

37. De acordo com o quadro acima, o órgão com maior incidência de achados foi a Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT), que totalizou 6 (seis) achados. O segundo órgão com o maior quantitativo de achados foi Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC/MT), com 5 (cinco) achados.

38. Já o achado com maior incidência foi: Ausência, inadequação ou intempestividade para a liberação de recursos, totalizando 6 (seis) incidências. O segundo achado que mais apareceu nas avaliações de controle foi: Ausência/deficiência do Parecer Técnico/Jurídico, com incidência de 5 (cinco) vezes.

4.4 Questões de Causas

39. De fundamental importância é a identificação das causas que deram ensejo à existência de problemas, a fim de que se possa tecer recomendações adequadas à eliminação dessas causas (eliminando-se as causas, por via de consequência, eliminam-se os problemas).

40. Para identificação das causas que deram ensejo aos problemas de controle verificados, colhem-se evidências e efetuam-se análises.

41. Inicialmente, busca-se responder às questões de fontes de causas, que, no subsistema de transferências são as listadas abaixo:

1. SISTEMAS INFORMATIZADOS - atendem as necessidades e encontra-se adequados?
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - atende as necessidades e encontra-se adequado?
3. EXTERNALIDADES - Existem eventos externos (externalidades) que impactaram na execução das atividades?
4. ESTRUTURA FÍSICA - Os recursos tecnológicos, equipamentos e mobiliários são adequados para o bom funcionamento do setor?
5. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - Infraestrutura tecnológica atende as necessidades e encontra-se adequada?
6. PESSOAS - Quadro de pessoal, atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado? A quantidade de pessoal atende as necessidades do setor? Houve, no ano corrente, capacitação dos servidores do setor em treinamentos relacionados aos seus trabalhos?

7. PROCESSOS - Gestão de processos, atende as necessidades e encontra-se adequado?

42. Respostas negativas às questões formuladas indicam o que se denomina de achados de causa.

43. Dentre os achados de causa que desencadearam respostas negativas às questões de causas formuladas, foram identificados 04 (quatro) achados distintos, os quais se repetiram em órgãos/entidades, totalizando 13 (treze) ocorrências.

44. Abaixo, visualiza-se a quantidade de achados por causa:

Quadro 4: Causas por secretaria

CAUSAS POR SECRETARIA								
CAUSAS	FAPEMAT	SECEL	SEDEC	SEDUC	SES	SESP	TOTAL	%
Ausência de clareza quanto às funções e responsabilidades			1				1	7,69%
Capacitação formal insuficiente/deficitária		1		1	1	1	4	30,77%
Eventos externos que podem impactar na avaliação dos controles	1	1	1	1	1	1	6	46,15%
Manuais, instruções ou normas	1				1		2	15,38%
TOTAL	2	2	2	2	3	2	13	
	15,38%	15,38%	15,38%	15,38%	23,08%	15,38%		

Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

45. Conforme se observa no quadro acima, a causa Eventos externos que podem impactar na avaliação dos controles, da Fonte de causa Externalidades: Existem eventos externos (externalidades) que impactaram na execução das atividades?, tiveram a maior incidência, totalizando 46,15% nos órgãos avaliados.

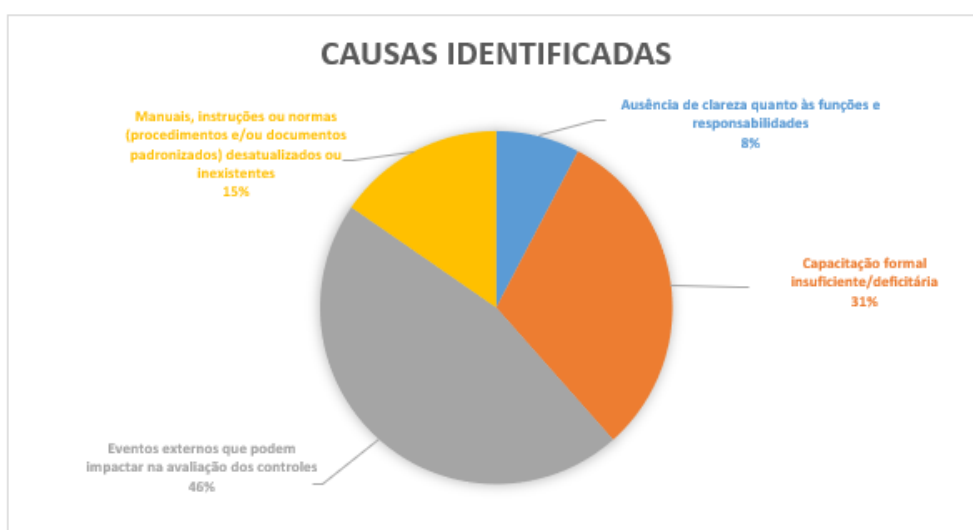
46. Ainda, a segunda maior incidência foi da causa Capacitação formal

insuficiente/deficitária, tendo como Fonte de causa Pessoas: Quadro de pessoal, atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado?, com 30,77%.

47. Já a secretaria com maior incidência de causas avaliadas foi a Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT) com 3 (três) incidências.

48. No gráfico a seguir consta as causas identificadas.

Gráfico 2: Causas identificadas



Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

49. A fim de solucionar as causas dos problemas identificados foram emitidas aos órgãos e entidades avaliadas 16 (dezesseis) recomendações nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno de 2019, sendo (05) distintas, conforme segue:

Quadro 5: Recomendações de auditoria

RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Adotar rotina de verificação no momento de proposição da respectiva transferência, de modo a confirmar se há tempo hábil para os trâmites legais.

Aperfeiçoar o processo de transferências voluntárias junto a SEFAZ/MT, de modo a liberar os recursos financeiros em estrita observância ao cronograma de desembolso

Elaborar capacitação formal dos servidores para análise dos processos de transferências e emissão dos pareceres.

Elaborar manuais dos fluxos e procedimentos de todas as atividades do setor.

Padronizar os procedimentos e rotinas para análise técnica e aprovação dos planos de trabalho e emissão dos pareceres técnicos, utilizando formalizados checklists com todas as exigências da Instrução Normativa nº 01/2016/SEPLAN/SEFAZ/CGE, em especial, o rol elencado no artigo 10 e 28, V, deste normativo.

Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

5 ÓRGÃO CENTRAL

50. Nas questões de auditoria analisadas foram identificados 21 (vinte e um) achados de problemas, conforme segue:

Quadro 6: Achados por ponto de controle

ACHADOS POR PONTO DE CONTROLE		
PONTOS DE CONTROLE	TOTAL	%
Execução	10	47,62%
Celebração	9	42,86%
Prestação de contas	2	9,52%
TOTAL	21	

Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

51. De modo a mapear os encaminhamentos do órgão central de transferências do

Estado de Mato Grosso, encaminhou-se a Secretária de Estado de Fazenda (SEFAZ/MT) a Solicitação de Informação e Documentos nº 0026/2020, requerendo:

51.1 Relacionar as ações realizadas para fiscalizar, orientar, coordenar e propor melhorias nos processos de execução de transferências das unidades estaduais;

51.2 Disponibilizar a relação das melhorias propostas nas normas de transferências que foram implantadas, implementadas ou que estejam em avaliação;

51.3 Relacionar os servidores que efetivamente estão desempenhando atividades da Superintendência de Administração de Obras e Convênios;

51.4 Relacionar os planos de providências elaborados por essa Superintendência e suas Coordenadorias no exercício de 2019, informando a situação atualizada das ações implementadas mediante monitoramento da unidade;

51.5 Relacionar as capacitações realizadas no exercício de 2019 pela Superintendência junto aos órgãos, com datas, conteúdo e secretarias beneficiadas;

51.6 Relatar as medidas implementadas por este órgão central das situações potenciais que tem contribuído para aumentar o risco de falhas de controle interno do subsistema Transferências nas unidades estaduais em 2019:

52. Assim, buscou-se junto este órgão central as providências adotadas para dirimir as ocorrências verificadas, sendo informado de acordo com cada achado o que segue:

Quadro 7: Providências adotadas pelo órgão central

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO ÓRGÃO CENTRAL	
PROBLEMA/ACHADO	PROVIDÊNCIA INFORMADA PELO ÓRGÃO CENTRAL
Ausência ou inadequação do plano de trabalho	Instrução para as Unidade Orçamentárias durante os treinamentos promovidos pela Superintendência de Convênios – SAOC, para a devida elaboração dos planos de trabalho de modo a evitar problemas na execução dos convênios. Ajustes no novo sistema de convênios que está em desenvolvimento.
Ausência/deficiência do Parecer Técnico/Jurídico	Instrução para as Unidade Orçamentárias durante os treinamentos promovidos pela Superintendência de Convênios – SAOC, reforçando a importância destes documentos. Ajustes no novo sistema de convênios que está em desenvolvimento.
Ausência de comprovação de abertura de conta corrente específica	Solução parcial para problema de integração do <u>Fiplan</u> e <u>SigCon</u> , para impedir que dois convênios sejam cadastrados com a mesma conta corrente. Ajustes no novo sistema de convênios que está em desenvolvimento e treinamentos às Unidade Orçamentárias para a importância deste documento.
Ausência ou inadequação na comprovação da contrapartida	Ajuste na nova Instrução Normativa que está em revisão, para comprovação da contrapartida.
Ausência, inadequação ou intempestividade na designação formal do Fiscal	Em estudo formas de melhoria neste ponto. Treinamentos às Unidade Orçamentárias para a importância da devida formalização dos instrumentos.
Ausência, inadequação ou intempestividade na prestação de contas	Proposição às Unidade Orçamentárias com um cronograma para regularização das inconsistências e inclusão de rotinas de monitoramento.
Ausência, inadequação ou intempestividade para a liberação de recursos	Alegação que o problema está fora da governabilidade do órgão central, devido problema crônico de caixa.
Ausência/deficiência de fiscalização dos convênios	Treinamentos às Unidade Orçamentárias para a importância da devida formalização dos instrumentos. Minimização do problema com adoção do novo sistema de convênios que está em desenvolvimento e alteração do fluxo do recurso.

Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

53. Além disso, em reposta (Ofício nº 072/SATE-SEFAZ/2020), a Coordenadoria de Celebração e Acompanhamento de Convênios de Descentralização e Parcerias informou que:

53.1 Devido mudanças legislativas (LC 612/2019 e Decreto Estadual 42/2019), a nova estrutura organizacional administrativa do Poder Executivo Estadual transferiu os

convênios e transferências para a tutela da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ/MT);

53.2 Neste novo cenário, a Superintendência de Administração Financeira de Obras e Convênios SAOC, vinculada a SEFAZ/MT, adotou ações para fiscalizar, orientar, coordenar e propor melhor nos processos de transferências de Mato Grosso:

a - técnica utilizada para mapear processos do produto convênio descentralização, conforme consta da planilha, foi utilizado a técnica 5W2H, descrição na planilha.

b - mapeamento de todas as Secretarias com os responsáveis no setor de convênios descentralização e UNISECI, dentro da nova estrutura do Estado de Mato Grosso, comprovação conforme planilha; Secretarias Setor de Convênios UNISECI com telefones e e-mail.

c levantamento de passivo assumido, conforme planilha de levantamento em 28/02/2019, além do achado de que o SIGCon não mostrava os convênios descentralização que não prestavam contas, e outras falhas de parametrização, com ação junto ao TI/MTI na SEPLAG foi solucionado divergências e efetivado melhorias no SIGCon, com intuito de melhorar desempenho do sistema e melhor monitorar os convênios e parcerias.

d com o resultado do mapeamento pudemos passar para a ação efetiva em cada UO/Secretaria através do ofício 001/2019 de 14/04/2019 protocolado pessoalmente por servidor da CCAC junto às UO/Secretarias e ofício 008/2019 utilizado sistema de protocolo da SEFAZ, foi realizada reunião em cada UO/Secretaria e dando continuidade está sendo monitorado e cobrado providencias constantemente via e-mail e telefonemas, para sanar pendencias e promover melhoria de processos e procedimentos.

e falhas detectadas e alterações no SIGCon, conforme arquivos com inteirações com a TI, com vista de promover as correções e melhoria na parametrização e funcionalidade do sistema que data da sua criação em 2005 resultando em sistema defasado pela evolução sofrida nos sistemas informatizados.

53.3 Também, efetivou melhorias nas normas Manual do SigCon:

[...] atualização efetivada do manual SIGCON referente a

convênio descentralização por servidor da CCAC conforme Portaria nº111/GSF/SEFAZ/2019 em arquivo anexo, Portaria 110/GSF/SEFAZ/2019 que alterou a Portaria 029/GSF-SEFAZ/2019 que instituiu grupo de trabalho visando alterar as normas referentes aos convênios de descentralização, que foram implementadas pela CCAC no que coube para convênios descentralização e parcerias.

a - foram promovidas reuniões com UO/Secretarias e enviado IN via e-mail para participação das UOs.

53.4 Adotando outros procedimentos:

4 A CCAC Coordenadoria de Celebração e Acompanhamento de Convênios de Descentralização e Parcerias;

a - realiza reuniões com atas no formato de Plano de Providência para controle de riscos, melhoria na matriz de conhecimento, processos e procedimentos com melhoria continua.

5 capacitações realizadas no exercício de 2019 pela CCAC junto a prefeituras e OSCs;

a - cursos foram realizados totalizando 5 (cinco) turmas, com foco em convênios descentralização com prefeituras e termo de cooperação, conforme arquivo com listas assinadas pelos participantes.

6 Medidas implementadas para minimizar riscos e falhas no subsistema de transferências nas unidades estaduais em 2019;

Utilização da técnica 5W2H para mapear processos do produto convênio descentralização, conforme descrição na planilha.

Mapeamento de todas as Secretarias com os responsáveis no setor de convênios descentralização e UNISECI, dentro da nova estrutura do Estado de Mato Grosso, comprovação conforme planilha; Secretarias Setor de Convênios UNISECI com telefones e e-mail, foi promovido reuniões nas secretarias conforme atas em arquivo para tratar das pendências e esclarecer dúvidas e passar normas.

Levantamento de passivo assumido, conforme planilha de levantamento em 28/02/2019, além do achado de que o SIGCon não mostrava os convênios descentralização que não prestavam contas, com ação junto ao TI na SEPLAG foi ativado e pode ser monitorado.

Com o mapeamento pudemos passar para a ação efetiva em cada UO/Secretaria através do ofício 001/2019 de 14/04/2019 protocolado pessoalmente por servidor da CCAC junto às UO/Secretarias e ofício 008/2019 utilizado sistema de protocolo da SEFAZ, com planilha com as pendências apresentada por cada UO/Secretaria, após foi realizada reunião em cada UO/Secretaria e dando continuidade está sendo monitorado e cobrado providencias constantemente via e-mail e telefonemas, para sanar pendencias e promover melhoria de processos e procedimentos.

Falhas detectadas e alterações no SIGCon, conforme arquivos com inteirações com a TI, com vista de promover as correções e melhoria na parametrização e funcionalidade do sistema que data da sua criação em 2005 resultando em sistema defasado pela evolução sofrida nos sistemas informatizados.

54. De outra banda, os relatórios de auditoria desta Controladoria Geral do Estado identificaram 4 causas principais para os vários problemas encontradas nas transferências estaduais, conforme mapeadas no quadro a seguir:

Quadro 8: Providências adotadas pelo órgão central

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO ÓRGÃO CENTRAL	
CAUSA	PROVIDÊNCIA INFORMADA PELO ÓRGÃO CENTRAL
Ausência de clareza quanto às funções e responsabilidades	Adoção de medidas tais como: revisão do manual do sistema do SIGCON, reunião de trabalho com unidades orçamentárias e treinamentos sobre o sistema de convênios e parcerias.
Eventos externos que podem impactar na avaliação dos controles	Alegação que o problema está fora da governabilidade do órgão central, devido problema crônico de caixa.
Capacitação formal insuficiente/deficitária	Instrução para as Unidade Orçamentárias e pessoas vinculadas ao tema de transferências, através dos treinamentos promovidos pela Superintendência de Convênios – SAOC.
Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes	Atualização efetivada do manual SIGCON referente a convênio descentralização e revisão dos normativos, porém, não consta informação de atualização do manual de procedimentos das unidades.

Fonte: RACI/2019 - CGE/MT

55. Assim, verificou-se na documentação encaminhada pela Superintendência de Administração Financeira de Obras e Convênios SAOC, que o órgão central está adotando algumas medidas para correção das causas mencionadas, conforme quadro anterior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

56. O presente relatório buscou, em síntese, demonstrar:

56.1 Os achados de problemas e de causas identificados nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno no ano de 2019, apresentando aqueles com maior volume de ocorrências, distribuídos tanto por órgãos/entidades da administração pública estadual, quanto por pontos de controle e questões de auditoria;

56.2 Acompanhamento das ações do Órgão Central do Subsistema Avaliado referentes aos achados de problemas, causas e recomendações realizadas.

57. Dessa forma, com o presente trabalho, espera-se ter contribuído com a melhoria dos controles internos inerentes ao Subsistema Transferências, permitindo que a apresentação de um diagnóstico de deficiências encontradas possibilite uma atuação mais adequada às rotinas que demandem maior atenção.

58. Diante disso, recomenda-se ao Órgão Central de Transferências:

58.1 Implementar manuais e cartilhas com instruções atualizadas de procedimentos padronizados das transferências estaduais para todas as unidades orçamentárias;

58.2 Elaborar plano anual de capacitação dos servidores do Órgão Central e das

Setoriais no âmbito do Sistema de Transferências;

58.3 Aperfeiçoar o processo de transferências voluntárias, conjuntamente com o Órgão Central de Programação Financeira e Orçamentária, de modo a liberar os recursos conforme cronograma de desembolso.

À apreciação superior.

Cuiabá, 13 de Março de 2020

Edmilson Antonio Carlos
Auditor do Estado